

cumprir sonhar arregaçando as mangas: a perda das ilusões não desdiz da esperança. Este número da Revista de Estudos Universitários é, portanto, um convite ao fórum de debate das questões sociais figuradas nos projetos urbanos.

Lourival Holanda

Editor da Revista Estudos Universitários

APRESENTAÇÃO

9

A presente edição da *Revista Estudos Universitários* se organiza em torno de um tema central: a cidade, sendo ela abordada por meio de textos que discutem a política cultural, a permanência dos bens patrimoniais e da paisagem urbana, a contribuição de notáveis pensadores na prática de planejamento urbano e regional, as transações imobiliárias em áreas pobres, o planejamento da expansão urbana, a expressividade arquitetônica das vilas operárias e, ainda, as manifestações da arquitetura barroca.

Inicialmente, traz ao público um texto de Denis Antônio de Mendonça Bernardes e Ângela Nascimento – como uma homenagem *in memoriam* à inestimável contribuição dele ao progresso do pensamento acadêmico. Bernardes foi um dos mais notáveis historiadores da UFPE e ocupava o cargo de editor desta revista quando faleceu em 2012. Seus estudos dedicavam-se ao desvendamento da relação entre memória, informação e sociedade. Em *As pessoas fazem política cultural?* O caso do Cais José Estelita, ele revela o quanto foi um ativo participante da luta democrática pela cidade, vista como expressão da cultura e, portanto, da história. Nesse artigo, a questão norteadora de suas reflexões refere-se a quem deve determinar o uso do território da cidade. Após uma

síntese histórica sobre a política cultural como expressão do Estado, ele adentra no caso do *Movimento Ocupe Estelita* – organizado para defender a não privatização de um espaço singular do Recife –, mostrando que é também possível ver a aludida política como uma necessária expressão da ação de pessoas. O seu percurso reflexivo permitiu concluir que esse movimento assumiu largamente o que deveria ser o papel do Estado, ao qual caberia aplicar as legislações referentes aos espaços públicos carregados de memória.

As reflexões de Norma Lacerda – apresentadas no artigo *A convenção confiança-lealdade: fundamento do mercado imobiliário informal no Recife* – partem da evidência de que, nas áreas pobres das grandes cidades latino-americanas, o mercado de aluguel vem constituindo uma importante forma de acesso dos pobres à moradia. Diante da insuficiência de análises sobre a coordenação desse mercado, ela mostra, por meio do estudo sobre Brasília Teimosa, a pertinência de compreendê-la à luz da Teoria das Convenções. Nessa localidade, a confiança dos locadores em relação aos compromissos assumidos pelos inquilinos e a lealdade desses últimos em relação aos acertos com os primeiros asseguram o equilíbrio no mercado. Como, na maioria das vezes, não existem fundamentos reais que sustentem semelhantes sentimentos – afinal, como mostra a autora, os locadores são quase tão pobres quanto os inquilinos – é inócuo, segundo ela, procurar saber de onde veio a confiança-lealdade. Trata-se de uma escolha dentre outras. Por isso, constitui uma convenção, assumindo um caráter normativo e, assim, coordenando o mercado de locação nas áreas pobres recifenses.

Em *Mineração, Paisagem e Cultura: o caso de Águas Claras e Nord-Pas de Calais*, Flávio de Lemos Carsalade e Sabrina Maria de Lima Accioly mostram que o processo de reconversão da bacia minerária francesa – reconhecida pela Unesco como paisagem cultural de valor excepcional – ocorreu de forma concertada, envolvendo os diferentes atores envolvidos. O êxito deveu-se à forte presença do Estado. O resultado foi um adequado processo de reabilitação territorial e, em extensão, a preservação da sua paisagem e a revalorização dos seus elementos culturais. Diferentemente, no caso de Águas Claras, a própria demarcação pelo Iphan da área de

proteção não tem sido capaz de garantir a permanência da paisagem cultural. Não tem havido, como no caso francês, ações coordenadas. Os autores chamam a atenção, quando se trata de reconverter áreas degradadas, da necessidade de fortalecer as instituições brasileiras, notadamente no que concerne à gestão e ao financiamento. Mais ainda, defendem a ideia de que as ações de reabilitação devem integrar as estratégias de desenvolvimento local, o que contribuiria para se tornarem efetivas.

No que concerne à prática de planejamento urbano e regional, Virgínia Pontual resgata, no texto *Louis-Joseph Lebreton e Antônio Bezerra Baltar: planejamento humanista no Brasil*, o quanto a atuação desse pensador francês teve implicações na prática do planejamento urbano e regional. Recepcionado no País em 1947 por integrantes dos movimentos católicos progressistas – dentre eles, Antônio Bezerra Baltar –, as suas primeiras ideias foram apresentadas no curso Introdução à Economia Humana, impulsionando a criação da Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (Sagmacs). Esta sociedade transformou-se no principal centro de estudos do movimento Economia e Humanismo no Brasil. Esses foram os passos iniciais para o processo de constituição de uma das vertentes do pensamento social brasileiro. Nesse processo, muito contribuiu o engenheiro recifense Antônio Baltar. Integrante da Sagmacs, ele passou a atuar no âmbito nacional, não apenas incorporando os fundamentos da Economia Humana, mas conferindo relevância à dimensão urbanística nos estudos urbanos e regionais.

A narrativa elaborada por Telma de Barros Correia, *Arquitetura e paisagem industrial: as vilas operárias no Recife* atem-se a uma temática muito cara a essa cidade – as moradias operárias construídas por indústrias, entre a última década do século XIX e meados do século XX. Estão identificados como marcos urbanísticos as chaminés de fábricas e as vilas operárias, que, junto aos mocambos, às igrejas barrocas e às pontes conformavam uma paisagem singular. O tratamento rigoroso das fontes documentais dá relevância ao estabelecimento de novas relações entre moradia e trabalho, mostrando experiências que se caracterizaram pela

diversidade de arranjos espaciais, tipologias habitacionais e estilos arquitetônicos. Se por um lado existiu diversidade, por outro está ainda identificado um padrão de moradia que foi aquele formado de pequenas casas térreas; dispostas isoladas, geminadas ou em blocos. A narrativa rica e bem construída emociona ao afirmar que nas vilas operárias as construções eram de rara qualidade e com formas urbanas expressivas, mas principalmente, por terem gerado bairros e cidades, elas são um testemunho da ação relevante da indústria na urbanização e na transformação do território.

No artigo de Alberto Sousa e Patrícia Queiroga, *Grandes expansões planejadas em cidades ocidentais antes de 1900*, são narradas 11 expansões situadas em nove países e três continentes, focando a análise dos seus traçados urbanos. Os casos estudados europeus e americanos, cujas expansões foram projetadas entre meados do século XIV e fins do XIX, estão mostrados para as cidades de Praga, Ferrara, Berlim, Edimburgo, Montevidéu, Atenas, São Francisco, Madri e Milão, consistindo todas em casos bem ilustrativos. No Brasil, as grandes expansões planejadas estudadas situam-se nos anos de 1890, na forma de loteamentos, pelo setor privado, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Vitória. A análise comparativa dessas práticas urbanísticas mostra que foram experiências desiguais no tamanho da área selecionada e na relação com a área preexistente. Ademais, quando a expansão foi colada à cidade existente, variados modos de integrar as duas foram utilizados, como o emprego de área de transição, prolongamento de ruas e simples justaposição do novo ao antigo sem o cuidado de propiciar a integração. Enfim, o autor mostra que as expansões planejadas constituem um rico campo de aplicação de modelos urbanísticos.

Em *Algumas literalidades artísticas na formação da cidade barroca*, Fernando Guerra discorre sobre as manifestações arquitetônicas presentes no século XVII. Revisitando o tema da cidade barroca, o autor mostra os fatos político-religiosos que contribuíram para a experimentação de outra estética urbana e arquitetônica. A monumentalidade, dramaticidade e suntuosidade estão presentes nas igrejas e nos palácios simbolizando o poder absoluto, enquanto nos espaços exteriores o novo traçado urbano com praças abertas

e ruas ou avenidas dinâmicas e irradiantes revelam uma atmosfera lírica, cujo resultado é o que o autor nomeia de *cidade colossal*.

As sessões *Memória e Entrevista* constituem, neste número da revista, um só documento. Essa junção não se constituiu em perda. Ao rememorar, por meio de entrevista, o entendimento sobre o Recife dos anos de 1930, o intelectual e profissional brilhante Antônio Bezerra Baltar trouxe força rejuvenescedora, como aludia Walter Benjamin em sua obra *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, ao conjunto de contribuições presentes. O intelectual e profissional de Baltar foi polivalente: estudante de engenharia e de belas-artes, engenheiro, urbanista, economista, militante do Partido Socialista, vereador e suplente de senador. Essa trajetória não foi uma sequência linear de experiências, inflexões existiram à medida que sua significativa produção técnica e acadêmica deixou de ser apenas de âmbito local e tornou-se nacional e internacional.

A sessão *Resenha* traz outras contribuições por relatar analiticamente obras recentes de importância nos campos do urbanismo e do planejamento urbano e regional. A esta se somam, nas sessões *Para Conhecer Mais e Revista das Revistas*, as referências de livros e revistas que complementam o espectro de obras a serem consultadas e que enriquecem o conhecimento das temáticas aqui tratadas.

Os temas e as escritas dos autores constituem um panorama atual e envolvente que convida ao desfrute intelectual do leitor. Boa leitura!